

**CAMPANHA SALARIAL**

**Classe Trabalhadora é vítima da crise. Por isso, vai lutar por reajuste, contra o desemprego e contra as tentativas de retirada ou flexibilização de direitos**

Trabalhadores/as, preparem-se! Vem aí a campanha salarial 2016.

Sabemos que essa conjuntura de desemprego e recessão vai dificultar muito as negociações, mas também sabemos que quem criou esta crise não foi a classe trabalhadora. Os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas, do comércio, do meio rural e dos serviços são meras vítimas da situação complicada que vive nosso país, especialmente vítimas do desemprego, do arrocho salarial e das tentativas de retirada ou flexibilização de direitos e benefícios.

Embora seja mundial, a crise no Brasil foi incrementada por um conjunto de fatores criados pela grande mídia e por setores golpistas da classe política e do Judiciário, que lutam para derrubar a presidenta Dilma e seu possível sucessor (Lula). Deixaram os escrúpulos de lado e pautaram seu dia a dia na tarefa de perseguir e criminalizar pessoas e entidades que apóiam ou têm algum vínculo com a esquerda brasileira. O circo em cima da Operação Lava Jato ajudou a aprofundar a crise econômica do país. Outros fatores também foram criados por governos e pela classe empresarial, que não gosta da intervenção do Estado em seus negócios, mas vive do crédito, das desonerações e de outros benefícios concedidos por ele, e que parou de investir por conta da insegurança gerada na economia, alimentando ainda mais esta crise.

Como nós, classe trabalhadora, não



somos responsáveis por este quadro adverso, vamos reivindicar na campanha salarial o fim das demissões, um reajuste digno para todos e avanços em benefícios consagrados nas convenções coletivas.

As perdas salariais de nossa categoria já ultrapassam os 7% e, segundo economistas do Dieese, tendem a ficar na casa dos dois dígitos. Neste caso, teremos o enorme desafio de recuperar o que a inflação comeu entre maio de 2015 e abril de 2016.

Veja na tabela abaixo a evolução de nossas perdas, segundo o INPC.

Mês/Ano	INPC	Acumulado
Mai/2015	0,99%	0,99%
Jun/2015	0,77%	1,77%
Jul/2015	0,58%	2,36%
Ago/2015	0,25%	2,61%
Set/2015	0,51%	3,14%
Out/2015	0,77%	3,93%
Nov/2015	1,11%	5,08%
Dez/2015	0,90%	6,03%
Jan/2016	1,51%	7,63%
Fev/2016	-	-
Mar/2016	-	-
Abr/2016	-	-

**Leia mais nas outras páginas**

**Demissões na indústria causam preocupação nos metalúrgicos**

**Página 2**

**Segue luta pela valorização do Piso Regional gaúcho**

**Página 3**

**8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Parabéns, companheiras!**

**Página 4**

**CONJUNTURA NACIONAL**

# CUT quer debater crescimento e geração de emprego em vez de nova reforma da Previdência

Durante a primeira reunião do Fórum de Debates sobre Emprego, Trabalho e Renda e Previdência Social, realizado na quarta-feira, 17 de fevereiro, em Brasília, ministros afirmaram que a reforma da Previdência Social não está fechada e que o governo está aberto ao diálogo. Miguel Rossetto, ministro do Trabalho e Previdência Social, anunciou a criação de uma comissão técnica que vai organizar o debate sobre Previdência Social nos próximos 60 dias, quando o governo espera apresentar uma proposta.

Porém, o movimento sindical deixou claro que considera essencial o diálogo, mas reafirmou que o momento é de crise econômica e, portanto, não é hora de

discutir como dificultar acesso a benefícios e, sim, garantir recursos girando na economia.

Para o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, as alterações na Previdência Social que estão sendo construídas não dialogam com a essência do problema que estamos vivendo agora, que é a necessidade de retomar o crescimento e gerar emprego. "Isso é o mais urgente agora. Por isso apresentamos uma proposta para mudar a agenda do Brasil, o Compromisso pelo Desenvolvimento, porque achamos que temas como crise e Lava Jato têm que sair da pauta. O que tem de entrar é o reaquecimento da economia e mudanças na política econômica. Para nós, dirigentes

sindicais, o fórum tem de construir alternativas para o Brasil sair da crise, para o Brasil voltar a crescer, não para discutir reforma da previdência, pura e simplesmente", disse Freitas.

"A crise econômica exige medidas de geração de emprego e garantias de renda", complementou Sérgio Nobre, secretário-

geral da CUT, que lembrou das demissões que assolam a categoria. "Estamos perdendo todos os avanços de emprego conquistados no período Lula. Tem jornada reduzida, companheiros trabalhando três dias na semana, entrando em licença remunerada sem previsão de volta, empresas históricas anunciando fechamento. E isso não é só no ABC paulista", argumentou.

Por isso, tanto a CUT quanto as outras centrais defenderam que o Fórum concentre a atenção nos sete itens do Compromisso pelo Desenvolvimento entregue para a presidenta Dilma Rousseff em dezembro do ano passado, entre eles o financiamento de longo prazo, via BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil; acordos de leniência; a manutenção dos investimentos da Petrobras; a retomada das obras de infra estrutura; e políticas setoriais de desenvolvimento.



## Demissões na indústria metalúrgica atingem centenas de trabalhadores/as em Canoas e NSRita

A crise mundial não vem poupando os milhões de empregos no mundo. E, tudo indica, vem mais desemprego por aí nos próximos anos, pois a nata do capitalismo mundial, durante o Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, Suíça, anunciou que a chamada 4ª revolução industrial – já em formação – pode gerar mais de 5 milhões de desempregados nas indústrias até 2020.

Aqui em nosso país, mais precisamente na região metropolitana de Porto Alegre, a situação está bastante complicada, ainda mais para os trabalhadores e trabalhadoras das indústrias metalúrgicas. O número de empresas sem produção, perdendo contratos, alegando não ter dinheiro para pagar os salários, se transferindo para outras regiões e estados, pedindo recuperação judicial, fechando setores e até as portas, vem assustando a todos.

Aqui em Canoas, a Micheletto fechou as portas entre 2013 e 2014. Em 2015, foi a vez da MWM International. Na semana passada, a GE - General Electric (ex-Coemsa, Areva e Alstom) anunciou o fechamento da unidade Wind, fábrica de torres eólicas. Empresas de médio e grande porte estão demitindo trabalhadores/as supostamente ociosos, como é o caso da Agco, Midea Carrier e Madef, sem contar

as de pequeno porte, como a Metalúrgica Francapi, por exemplo.

"Não temos números precisos porque as homologações de trabalhadores/as com menos de um ano na empresa não passam pelo sindicato, mas seguramente as indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Canoas e Nova Santa Rita demitiram mais de três mil funcionários de 2014 para cá", revelou o presidente do sindicato, Paulo Chitolina. "Por meio de negociações e ações na Justiça, o sindicato tenta evitar as demissões em massa, mas nem sempre isso é possível. Resta-nos lutar para que os demitidos recebam suas verbas rescisórias como manda a lei, sem perdas e com alguns benefícios extras pra enfrentar o desemprego, como é o caso, por exemplo, dos demitidos da Agco" (veja na página 4).

"O pior é que estes trabalhadores e trabalhadoras tendem a ficar um bom tempo desempregados porque outras empresas de fora da base também estão em situação difícil. Certamente esse quadro também vai pesar na hora da campanha salarial, quando vamos precisar do maior apoio possível dos/as trabalhadores/as que vão sofrer a pressão da classe patronal contra as mobilizações", concluiu.

## Emprego na indústria tem a pior queda na história em 2015

O total de pessoas empregadas pela indústria brasileira foi reduzido em 6,2% em 2015, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o pior resultado da série histórica da pesquisa, iniciada em 2002.

A queda do emprego industrial foi generalizada em 2015. O contingente de trabalhadores diminuiu nos 18 ramos pesquisados. As contribuições negativas mais relevantes sobre a média nacional ocorreram em meios de transporte (-11,4%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-13,9%), produtos de metal (-10,7%), máquinas e equipamentos (-8,3%), outros produtos da indústria de transformação (-9,7%), vestuário (-6,4%), borracha e plástico (-5,7%), calçados e couro (-6,8%), metalurgia básica (-7,5%), minerais não-metálicos (-4,8%), produtos têxteis (-5,7%), papel e gráfica (-3,5%), indústrias extrativas (-4,7%) e alimentos e bebidas (-2,2%).

A queda recorde é reflexo direto da falta de confiança na retomada da economia, segundo o economista do IBGE, Rodrigo Lobo. "O emprego na indústria tem certa rigidez por causa dos custos. Se o empresário não tiver expectativa favorável, vai se manter mais cauteloso e não vai retomar as contratações", afirmou. O cenário ruim da indústria também decorre do encarecimento do crédito, menor renda e a redução da capacidade de consumo, disse o economista.

## Dieese informa: cesta básica teve alta de 1,94%

Em janeiro de 2016, a Cesta Básica de Porto Alegre calculada pelo DIEESE registrou variação de 1,94%, passando de R\$ 424,39 em dezembro de 2015 para os atuais R\$ 432,64.

Na avaliação mensal, dos treze produtos que compõem o conjunto de gêneros alimentícios essenciais previstos, nove registraram alta: o açúcar (16,60%), o leite (14,25%), o óleo (8,09%), o feijão (5,48%), o arroz (2,81%), o pão (2,22%), a carne (2,21%), a farinha (0,59%) e a banana (0,16%). Em sentido inverso, quatro itens caíram de preço: a batata (-4,42%), o tomate

(-0,60%), a manteiga (-0,28%) e o café (-0,10%).

Em janeiro, o valor da Cesta Básica representou 53,44% do salário mínimo líquido, contra 58,54% em dezembro de 2015. O trabalhador com rendimento de um salário mínimo necessitou, em janeiro, cumprir uma jornada de 108 horas e 10 minutos para adquirir os bens alimentícios básicos. Essa jornada foi menor do que a registrada em dezembro de 2015 (118h29min). A variação da cesta básica no período do Plano Real ficou em 549,12%, enquanto a inflação medida pelo INPC/IBGE

acumulou 447,74% e o Salário Mínimo registrou alta de 1.258,23% (variação nominal).

Com base no total apurado para a cesta mais cara, a de Brasília, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em janeiro de 2016, o salário mínimo necessário para a

manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.795,24, ou 4,31 vezes mais do que o mínimo de R\$ 880,00. Em dezembro de 2015, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.565,30, ou 4,52 vezes o piso vigente (R\$ 788,00).



**PISO REGIONAL****Segue a luta pra manter a valorização**

Depois de oito anos de governos que não valorizaram o piso regional (Rigotto/PMDB e Yeda/PSDB), o ex-governador Tarso Genro cumpriu no quadriênio de seu mandato (2012/2015) a promessa de recuperar o piso regional, deixando-o no patamar de quando foi criado no Governo Olívio, ou seja, no valor equivalente a 1,28 salário mínimo nacional.

Infelizmente, depois de atrasar a apresentação do projeto em mais de 40 dias, o atual governo (Sartori/PMDB) resolveu ressuscitar a cartilha neoliberal de "estado mínimo", diminuindo investimentos sociais em áreas importantes (educação, saúde, segurança etc) e propôs a redução de salários para compensar o quadro de crise que o Estado, o país e o mundo enfrentam nos últimos meses, sem considerar que o reajuste do piso regional, pelo contrário, iria injetar cerca de R\$ 300 milhões na economia gaúcha, enfim, melhorar



as finanças do Estado.

Sartori acaba de apresentar projeto prevendo um reajuste de 9,61% no piso regional, cerca de 2% menor que a proposta reivindicada pela CUT e outras centrais (11,68%) para manter a valorização e o patamar conquistado para este importante meio de distribuição de renda no Estado. A proposta sequer repõe as perdas inflacionárias do ano, que é 11,31%, e não leva em conta que a economia gaúcha gira e gera desenvolvimento econômico e social, e novos postos de trabalho, a partir de um piso regional um pouco maior que o mínimo nacional.

A CUT e outras centrais estão fazendo um mutirão, colocando dirigentes de sindicatos, federações e confederações das categorias para buscar o diálogo com todos os deputados estaduais. O objetivo é convencê-los da importância de manter a valorização do piso regional e pedir que eles apresentem, defendam e votem a favor de emendas que melhorem o reajuste do piso regional.

**FGTS****Projeto tucano quer flexibilizar pagamento do fundo**

Tramita na Câmara dos Deputados mais um projeto que visa flexibilizar um importante direito trabalhista. Trata-se do Projeto de Lei 2308/15, do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), que dá ao trabalhador o "direito" de optar pelo recebimento dos valores do FGTS mensalmente, incorporando-o ao salário. Na visão tucana, o projeto não geraria custo adicional ao empregador e permitiria que o trabalhador aplicasse ou gastasse o dinheiro conforme sua necessidade. Os deputados tucanos usam como argumento os baixos rendimentos do FGTS, que hoje é corrigido pela TR, mais juros de 3% ao ano, reajustes menores que os índices de correção da caderneta de poupança.

"Esse projeto que visa incorporar o FGTS ao salário, caso seja aprovado, pode representar o fim dos recursos que dão a garantia de sustento às famílias dos trabalhadores, quando estes são demitidos. Implicará ao longo do tempo, na extinção dessa poupança importante que o trabalhador tem para enfrentar as dificuldades do desemprego. Pode significar também o fim dos recursos utilizados em programas importantes, como o Minha Casa Minha Vida, por exemplo. Estes deputados estão legislando não a favor da classe trabalhadora, mas a favor dos patrões, que querem o tempo todo retirar ou flexibilizar os direitos da classe trabalhadora", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Paulo Chitolina.

**Parecer contrário**

Felizmente, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal apresentou parecer pela rejeição do projeto, destacando a importância do FGTS como patrimônio financeiro nacional, uma vez que os recursos são



utilizados "na execução de obras de melhoria da qualidade de vida da população, notadamente a de baixo poder aquisitivo". Os recursos são praticamente a única fonte de receitas de que dispõem estados e municípios para financiamento e aplicação em moradia popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

**Todo cuidado é pouco**

Segundo a Agência Câmara Notícias, o projeto tem caráter conclusivo e será votado pela Comissão de Trabalho. Posteriormente, deverá ser analisado pelas comissões de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça, podendo ir à votação em plenário em seguida.

O movimento sindical está atento e vai combater este e outros projetos que atentem contra a classe trabalhadora. O receio é de que a Câmara Federal – ainda presidida por Eduardo Cunha e composta por uma maioria conservadora, defensora dos interesses patronais - acabe impondo aprovações ao projeto.

**INFORME JURÍDICO****PREVIDÊNCIA SOCIAL: contribuição ao INSS e benefícios são reajustados**

O ano de 2015 foi tumultuado para a Previdência Social. Depois de muitas idas e vindas no Congresso Nacional, foram sancionadas três leis (13.183, 13.135 e 13.134) que alteram as regras para a concessão de diversos benefícios previdenciários. 2015 também foi marcado pela greve em âmbito nacional dos funcionários do INSS. No RS, a paralisação durou mais de 80 dias e dificultou o atendimento às demandas de centenas de gaúchos. Para 2016, as mudanças começam com os reajustes na contribuição ao INSS e no teto da previdência, vigentes desde janeiro.

Os aposentados e pensionistas que recebem benefícios com valor acima de um salário mínimo (R\$ 880,00) terão os mesmos reajustados em 11,28% neste ano, conforme Portaria 01/2016 dos ministérios da Fazenda e da Previdência Social. O valor refere-se à variação do INPC de 2015. Com isso, o teto da Previdência Social para 2016 fica em R\$ 5.189,82. No ano passado, o reajuste dos benefícios havia sido de 6,23%. Aos que recebem o benefício equivalente a um salário mínimo, o reajuste foi um pouco maior, de 11,6%, que é o percentual de aumento do salário mínimo neste ano.

**Reajuste de benefício é proporcional**

Somente os aposentados e pensionistas do INSS que tiveram os benefícios concedidos pela Previdência até janeiro do ano passado receberam reajuste completo de 11,28% a partir de janeiro de 2016. De acordo com o ministério, os segurados que entraram com pedido e tiveram a liberação a partir do mês de fevereiro, terão percentual proporcional aos meses que receberam ao longo do ano.

Veja o percentual de reajuste, a partir de janeiro de 2016, nos benefícios concedidos de acordo com as respectivas datas de início:

Até janeiro/2015:	11,28%
Em fevereiro/2015:	9,65%
Em março/2015:	8,4%
Em abril/2015:	6,78%
Em maio/2015:	6,03%
Em junho/2015:	4,99%
Em julho/2015:	4,19%
Em agosto/2015:	3,59%
Em setembro/2015:	3,33%
Em outubro/2015:	2,81%
Em novembro/2015:	2,02%
Em dezembro/2015:	0,9%

**Contribuição ao INSS fica mais alta**

A mesma portaria que determinou o aumento dos valores dos benefícios também estabeleceu o reajuste na contribuição ao INSS pelos trabalhadores de carteira assinada e autônomos. Pela portaria, a contribuição para o empregado da iniciativa privada se aposentar vai variar de R\$ 70,40 a R\$ 570,88 por mês. Já para quem trabalha por conta própria — os autônomos — o desconto será de R\$ 176,00 a R\$ 1.037,96, conforme a faixa salarial.

Segundo a portaria, o trabalhador formal que ganha entre R\$ 880,00 e R\$ 1.556,94 vai pagar 8% da remuneração total, ou seja, de R\$ 70,40 a R\$ 124,55 por mês. Já quem recebe entre R\$ 1.556,95 e R\$ 2.594,92, o desconto para o INSS será de 9%. Assim, o valor da contribuição previdenciária ficará entre R\$ 140,12 e R\$ 233,54. No caso do desconto na faixa de 11%, os patamares dos salários vão de R\$ 2.594,93 a R\$ 5.189,82. E as contribuições variam de R\$ 285,44 a R\$ 570,88 por mês para garantir a aposentadoria do INSS.

Os autônomos pagam 20% da remuneração total porque arcam também da parte que seria dos patrões. Por isso eles terão que recolher mensalmente entre R\$ 176,00 a R\$ 1.037,96, ou seja, 20% sobre o salário mínimo de R\$ 880,00 e o novo teto de R\$ 5.189,84.

**FÁBRICAS****AGCO****Acordo no TRT beneficia demitidos**

Ao longo da história, quando precisava tomar decisões que causassem demissões ou perda de direitos e benefícios, a direção da Agco sempre procurava a direção do sindicato para negociar. No dia 15 de fevereiro, a empresa demitiu 63 trabalhadores numa tacada só, de forma arbitrária, sem fazer qualquer negociação e estabelecer um diálogo.

“Demissão em massa sem negociação, não dá! Não restou outra alternativa que não fosse o jurídico trabalhista do Sindicato entrar com uma ação de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, pedindo audiência para reintegrar os demitidos e, na pior das hipóteses, conquistar alguns avanços para que eles pudessem enfrentar o desemprego com mais dignidade”, revelou Silvio Bica, vice-presidente do sindicato e funcionário da Agco.

Duas audiências foram realizadas: a preliminar, na quinta-feira, 18 de fevereiro, sem acordo, e a conclusiva, na tarde da terça-feira, 23 de fevereiro, com acordo. Nesta, a empresa continuou não abrindo mão das demissões, mas aceitou negociar alguns benefícios para os 61 demitidos, pois, atendendo laudo do médico do Trabalho do sindicato, Dr. Rogério Dornelles, o TRT mandou reintegrar dois trabalhadores que, por doenças profissionais, não deveriam ter sido demitidos.

**METALÚRGICA FRANCAPI****Bloqueio de bens pra garantir pagamento de direitos**

Desde 2015, a Metalúrgica Francapi – que produz equipamentos para as indústrias de fertilizantes, empresas agrícolas, rodoviárias e da construção civil, entre outras - vem apresentando problemas de gestão. Durante o ano, esta empresa situada no Bairro Niterói, em Canoas, reduziu o quadro de funcionários em cerca de 50%, fechando o ano com um quadro de 44 trabalhadores. Agora, alegando crise causada pela retração no ramo das empreiteiras, a Francapi resolveu reduzir novamente pela metade seu quadro de funcionários e informou não ter condições de arcar com os salários atrasados desde outubro de 2015 e outros direitos como férias, 13º salário e verbas rescisórias.

Diante deste quadro, o Sindicato moveu uma ação para bloquear os bens da empresa. O objetivo é garantir o pagamento dos direitos dos trabalhadores. No dia 19 de fevereiro, os trabalhadores demitidos estiveram reunidos com a direção do sindicato para realizar rescisão e liberar o fundo de garantia e o seguro desemprego.

**MADEF****Salários atrasados, braços cruzados**

2016 não começou bem para os trabalhadores e trabalhadoras da Madef S/A, em Canoas. No mês de janeiro, o pagamento dos salários foi atrasado e agora, em fevereiro, a situação se repete. No dia 16 deste mês, os trabalhadores cruzaram os braços e paralisaram a produção até às 16 horas.

O Sindicato esteve presente para organizar as mobilizações e realizar reuniões de negociação com a direção da empresa para regularizar a situação.

**EXPEDIENTE**

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC

Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Silvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n.º 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.



Ficou combinado que a empresa pagaria junto com as verbas rescisórias um salário base a mais para os demitidos. Também ficou acertado que a empresa teria de cumprir o acordo de PLR e pagar o benefício até o dia 29 de fevereiro e não no dia 15 de março, como pretendia fazer. Por último, a empresa concordou estender até o final do mês de junho o plano de saúde para todos os demitidos e respectivos dependentes. Para as mulheres grávidas – inclusive as dependentes – o plano de saúde será estendido até a alta do hospital. Para os trabalhadores e dependentes que estejam fazendo tratamento prolongado também, desde que o interessado comprove esta situação no RH da empresa.

Participaram das audiências o presidente do Sindicato, Paulo Chitolina, o secretário geral da entidade, Flavião, e o jurídico da entidade representados pela Dra. Lídia Woida e o Dr. Lauro Magnago.

**MAXIFORJA****Início das negociações do PMR**

Sem data definida, a eleição para definir a comissão de negociação do PMR (Programa Maxi Resultados, que é como a PLR é conhecida na Maxiforja) já está sendo articulada. Os eleitos que vão compor a

comissão que vai representar os trabalhadores da empresa durante as negociações que podem iniciar em março, terão pela frente a difícil tarefa de avançar na conquista de um valor justo.

**Denúncia de punição**

O sindicato recebeu denúncia de que a Maxiforja estaria punindo com advertência e sem motivo concreto um trabalhador da produção. Ao adverti-lo, a chefia alegou “desídia”, ou seja, de que estaria fazendo corpo mole para trabalhar, motivo negado pelo trabalhador. Este já teria sido demitido pela empresa no ano passado, mas foi reintegrado porque tinha problemas de saúde nas articulações dos ombros e braços (doença profissional). Ao retornar, a empresa o colocou numa máquina diferente, necessitando adaptação.



Os dirigentes sindicais estão atentos a este e outros casos e acreditam ser esta uma tentativa da empresa de encontrar meios para demiti-lo por “justa causa”.

**MASTER ENERGIA****Atraso nos salários gera paralisação e pedido de demissão indireta**

Desde o final de 2015, os trabalhadores da Master Energia, empresa canoense que fabrica torres para elevadores, sofrem com atrasos nos pagamentos de salários. O fato ocorreu em dezembro e a empresa também não pagou a segunda parcela do 13º salário.

Ao retornar do feriado de final de ano, os funcionários decidiram paralisar as atividades até a regularização da situação. Neste período, seis trabalhadores entraram com o pedido de demissão indireta, opção pela qual qualquer trabalhador pode legalmente pedir o desligamento devido a uma falta grave da empresa, recebendo todas as verbas rescisórias. No caso da Master Energia, o atraso no pagamento dos salários e do 13º salário e o não depósito do FGTS, foram os motivos alegados. Uma audiência está marcada para solucionar o caso no dia 17 de maio.

**MENSAGEM**

O 8 de março é celebrado desde 1910 como o Dia Internacional da Mulher para homenagear a luta de 130 operárias norte americanas que morreram nesta data em 1857, quando reivindicavam melhores condições de trabalho. É uma data cuja importância supera o aspecto comercial e a pura condição “feminina”, uma vez que simboliza a luta e a autoafirmação da mulher nos mais diversos âmbitos sociais.

Diante da importância deste dia, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita parabeniza todas as mulheres pelas conquistas ao longo dos anos e, sobretudo, pela capacidade de desempenhar múltiplas funções com garra e competência.

Parabéns, guerreiras, mães, trabalhadoras!

